



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 14/09/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Suspensão

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Bom dia a todas e todos. Presidindo a Comissão de Finanças e Orçamento hoje com a anuência do Vereador Jair Tatto, declaro abertos os trabalhos da 16ª audiência pública virtual pela Comissão do ano de 2021, para debatermos sobre a terceirização dos Centros de Referência da Mulher.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online/, pela TV Câmara São Paulo, no canal digital 8.3 e, também, pelo Youtube, Facebook e Twitter da Câmara Municipal de São Paulo.

Esta audiência vem sendo publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo desde o dia 04/09/2021; as inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no site da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 08/09/2021.

Bom dia a todas e todos que acompanham os trabalhos desta audiência. Vamos suspender a sessão por dois minutos porque estamos conferindo o quórum da reunião. Obrigada.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência da Sra. Elaine do Quilombo Periférico.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Bom dia, novamente, a todas e todos. Gostaria de informar a presença do Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento Vereador Jair Tatto, Vereador Delegado Palumbo, Vereador Fernando Holiday, Vereadora Luana Alves. Caso haja algum outro Vereador, me avise que anuncio a presença.

Esta audiência pública foi chamada com a intenção de fazermos a discussão sobre os CRMs, porque são importantes políticas públicas a mulheres vítimas de violência na cidade de São Paulo. Sabemos que os CRMs representam uma política fundamental. Temos um registro da própria Prefeitura de que são mais de 24 mil atendimentos a mulheres vítimas de violência. Quem trabalha e conhece a política sabe que esses números provavelmente são muito maiores, dado o fato de que muitas mulheres evitam registrar as violências sofridas.

Então, sabemos que é um tema delicado e importante a ser discutido de forma direta e clara por esta Casa. Por isso, chamamos esta audiência pública.

Para esta audiência foram convidadas os Srs. e Sras.: Cláudia Carletto, Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania; José Ricardo Alvarenga Tripoli, Secretário Chefe da Casa Civil; João Antonio da Silva Filho, Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo; o Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica do Ministério Público da cidade de São Paulo; Paula Santana Machado de Souza, Defensora Pública, Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres da Defensoria Pública do Estado de São Paulo; Coletivo de Trabalhadoras Terceirizadas, CTP; Marcha Mundial das Mulheres, que será representada pela Sra. Sônia Coelho; Comissão das Redes de Enfrentamento Contra a Violência; Liliane de Grammont; Vereadoras desta Casa e a sociedade em geral.

Desejo que consigamos fazer um debate proveitoso hoje nesta audiência pública. Vamos fazer alguns blocos de fala das nossas convidadas. Pedimos falas de cinco minutos cada, depois, dependendo do tempo, conseguiremos abrir para mais debates.

Gostaria de chamar a nossa primeira convidada que foi confirmada, que é da Coordenação do SMDH, Ana Cristina Souza. Está presente? (Pausa) Não está presente. Dra. Paula Santana Machado de Souza (Pausa).

Bom dia, Paula. Seja bem-vinda a nossa audiência pública. Tem a palavra.

A SRA. PAULA SANTANA MACHADO DE SOUZA – Bom dia a todas e todos. Agradeço desde já o convite desta Câmara sobre esse importante tema, relacionado ao direito das mulheres e às políticas públicas através dos CRMs. Eu sou Defensora Pública, faço acompanhamento pela Defensoria Pública, no Núcleo de Promoção em Defesa dos Direitos das Mulheres no acompanhamento de políticas públicas.

Quando nós tivemos conhecimento do edital de chamamento com a ideia de se caminhar para o conveniamento do CRM Casa Eliane de Grammont, nós, conjuntamente, e o Ministério Público, através do Órgão da Promotoria de Justiça de Enfrentamento à Violência Doméstica, encaminhamos um ofício para a Secretaria Municipal de Direitos Humanos trazendo algumas preocupações e, também, alguns questionamentos atinentes ao

convenimento.

O primeiro ponto que destacamos no nosso ofício foi, exatamente, resgatar o histórico da Casa Eliane de Grammont, um serviço que tem uma importante contribuição quando pensamos no combate e na prevenção de violência doméstica familiar por ser o primeiro serviço do Brasil que tem essa atuação multidisciplinar e integral para a proteção dos direitos e de uma vida digna para essas mulheres.

Então, na década de 90, tivemos um Decreto que regulamentou também esse serviço e concretizou, então, um compromisso do Município de São Paulo de prestar diretamente esse serviço, como também um compromisso para que esse tema fosse enfrentando através de políticas públicas e não mais ficasse sendo discutido no âmbito familiar.

A partir desse histórico e, também, do acompanhamento que esse núcleo realiza e continua realizando em relação a outros Centros de Referência que foram conveniados, e que nós também tivemos notícias de que houve, em alguns momentos, a suspensão do atendimento nesses serviços por questões ligadas ao conveniamento, ficamos preocupadas.

Então, primeiro: como a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, que é o órgão responsável, conseguiria então garantir esse compromisso inicial do município de São Paulo de prestar diretamente esse serviço, porque ele ratifica esse compromisso da década de 90 de São Paulo no atendimento e na prevenção da violência doméstica e familiar?

Também questionamos a Secretaria por que não foi caminhado para um concurso público e aí preenchendo o RH. Há lacunas no serviço no momento, não temos psicólogas em número suficiente nem assistentes sociais em número suficiente no serviço. Então por que não se pensou em caminhar para o preenchimento dessas vagas através do concurso público, para que se continuasse então a prestação direta desse serviço?

E, também, trouxemos algumas preocupações relacionadas a como, a partir do chamamento, a Secretaria vai conseguir garantir, tanto a continuidade do serviço, como também nos moldes do que está na Lei Maria da Penha e na política nacional de enfrentamento à violência doméstica e familiar, que é um atendimento com qualidade. Nós

sabemos que o CRM Eliane de Grammont, além de sempre prestar um atendimento humanizado e com qualidade às mulheres e, também, conforme está no decreto que rege essa casa, é um serviço que vai além disso.

Além de ser esse histórico, é um serviço que também se concretiza a partir da luta das mulheres. Infelizmente muitas mulheres morreram para que essa política fosse criada e, também, porque além do atendimento integral e multidisciplinar, esse serviço sempre capacitou e formou profissionais de outras políticas públicas. É um serviço que também de acordo com seu decreto produz muitos dados e informações importantes. Então, como uma organização, pois a finalidade do chamamento é escolher uma organização, vai conseguir na sua integralidade cumprir todas essas missões do Eliane de Grammont? Como nós trazemos no ofício vai desde desse marco histórico de criação desse serviço como compromisso do município de prestação direta, passa também pelo primeiro serviço de atendimento multidisciplinar do Brasil.

É um serviço de atendimento de qualidade e humanizado, que atende diversas mulheres, desde a década de 90. É também um local que preconiza a formação de outras políticas públicas, uma importante fonte de saber. E, por fim, também, um lugar que deve ser importante para a produção de dados, de estatísticas e de pesquisa.

Então, essas são as preocupações e os pontos. Nós trouxemos o nosso ofício, até o momento a Secretaria Municipal não nos respondeu. Também gostaríamos de dividir esses pontos e essas preocupações, sempre ressaltando que em 2020 e em 2021 estamos diante de um aumento da violência doméstica e familiar.

Os Centros de Referência são serviços extremamente importantes para a prevenção, para o acolhimento e para conseguir que essas mulheres tenham um apoio integral, mesmo depois e principalmente depois da denúncia. Sabemos que não é fácil denunciar. Muitas vezes, depois das denúncias, as mulheres passam por diversas violências, inclusive institucionais. O CRM tem essa importante diretriz de apoio para as mulheres para que elas possam realmente – acredito que seja o desejo de todos e todas – viver uma vida

digna e sem violência.

Esses foram os nossos pontos que eu gostaria de dividir hoje com vocês. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Muito obrigada, Paula. Eu acho que a Ana Cristina Souza não entrou ainda, não é? Vou passar para o segundo bloco que a gente faria que seriam falas... Quero também anunciar a presença do Vereador Felipe Becari, da Comissão de Saúde, também presente na audiência pública.

Vou abrir a fala para alguns parlamentares, mas gostaria de começar falando que há alguns dias, acho que duas semanas talvez, um deputado recebeu em seu gabinete um senhor que tentou assassinar a ex-mulher dando um tiro nas costas dela, deixando-a paraplégica. Depois, ele tentou eletrocutar, dar um choque nessa mulher. E esse deputado escreveu que estava ouvindo a história intrigante, a versão dos fatos intrigante desse homem.

Esse homem é o ex-marido da Maria da Penha, a mulher que dá nome a uma das grandes leis de referência de proteção a mulheres. E é emblemático, um momento político onde um deputado recebe essa figura em seu gabinete e o coloca numa posição de “precisamos ouvir a versão intrigante desse senhor”. Essas coisas deixam todas nós, parlamentares, extremamente intrigadas realmente. Como que em 2021 o Parlamento consegue ter um deputado eleito, capaz de fazer esse tipo de revisionismo histórico, de fazer esse tipo de apresentação sem o menor constrangimento? Na verdade, com a intenção de polemizar sobre um tema que é tão caro e importante a tantas mulheres, que têm as suas vidas em risco.

Mas, isso demonstra para a gente também a situação em que a defesa dos direitos das mulheres, a defesa da política pública de segurança da mulher tem sido colocada em risco no último período. Daí a importância de debatermos a qualidade desses atendimentos e desses serviços para garantir a proteção àquela mulher que mais precisa e que no limite, quando olhamos para os dados da política pública, sabemos que aquela mulher que mais sofre com a política, que tem dificuldade de atendimento com a política é a mulher mais pobre, é a

mulher preta, é a mulher periférica nesse país.

Então, continua sendo uma política que chamamos de genocídio à nossa população, de todas as formas e maneiras possíveis. Isso é muito intrigante para a gente dentro da Câmara também. Já falei o quanto os CRMs representam políticas extremamente importantes. Por mais que o atendimento seja um bom atendimento, que precisemos defender, melhorar, ele ainda não consegue atender todas as mulheres que dele necessitam. Então vemos com muita estranheza quando qualquer movimentação por parte do Executivo pode prejudicar esse atendimento, são 24 mil atendimentos, segundo à própria Prefeitura, feitos às mulheres vítimas de violência.

Sabe-se que a situação de terceirizações no País, quando olhamos para as pesquisas que falam de terceirização, nós conseguimos apontar grandes dificuldades: queda na qualidade dos atendimentos e queda na qualidade para as trabalhadoras que atuam nesses espaços. Então, isso já foi levantado aqui, e por que não pensarmos nos funcionários públicos que deveriam ser destinados a esse atendimento?

Existe uma questão especificamente nesse edital que é a ausência de uma justificativa, uma justificativa que trate da necessidade objetiva de realizarmos esse edital de terceirização. Você não tem essa justificativa dentro desse edital.

Temos um relatório do IPEA publicado em 2018, como eu já falei, que indica qual é a piora na qualidade das questões relativas ao trabalho: o desrespeito aos direitos trabalhistas; as más condições de trabalho; os baixos salários; a piora nas condições de saúde das trabalhadoras que atuam em setores terceirizados; maiores índices de acidente; e de vulnerabilidade política dos trabalhadores. Sempre escutamos casos de perseguição política contra as trabalhadoras que atuam nessas casas, no sentido de poder fazer as críticas necessárias à Gestão quando estão trabalhando nesses atendimentos. Acreditamos que um importante serviço, como o CRM, não pode estar dentro dessa lógica. Não podem ser barateados, não podem ser sucateados. Esse é a defesa que nós fazemos aqui.

Então, por exemplo, gostaríamos de saber o seguinte: ano passado, estivemos aqui

na LOA, e houve em valor destinado, que é uma garantia básica, um direito. Nós nos perguntamos: um valor de mais ou menos 1,7 milhão de reais congelados dentro da Secretaria, nós não vemos qualquer discussão em relação a esse valor. Vemos a Prefeitura, que deveria fortalecer, ampliar as políticas e construir um centro de cidadania da mulher em Pirituba, um Centro de Defesa e Atendimento da Mulher em Ermelino Matarazzo, não vemos qualquer manifestação do Executivo em relação à prerrogativa dada por esta Casa, centros que estão sendo esperados serem feitos.

Então, ficamos com o seguinte questionamento à Secretaria: que economia de custo é essa que a Secretaria está se propondo a fazer? Qual é o custo atual da estrutura da Secretaria versus o custo esperado com essa terceirização? Isso não aparece para a gente. Por que a pasta acredita que o atendimento terceirizado será mais benéfico à população? O que vai acontecer com os servidores e servidoras que trabalham nesse local? Dentro das metas consta atender no mínimo 300 mulheres mensalmente: qual é então a capacidade atual dessas casas? Como a Prefeitura espera fazer um aumento, se é que vai haver, no número de serviços? Quais são as atividades a serem realizadas com a terceirização, que não podem ser realizadas atualmente pelos serviços como estão sendo feitos até hoje? De onde o Executivo tira - da cartola? - esses serviços sem discutir com a sociedade civil, sem discutir com as pessoas, que estão no dia a dia fazendo a política pública, sem considerar todos os dados que nós apresentamos sobre a terceirização, todos os dados que apresentamos sobre o acolhimento de mulheres vítimas de violência? Qual é o real interesse que tem o Executivo? Qual é o real interesse que a pasta tem quando pensa em terceirização de serviços como o do CRM?

E principalmente qual é o risco que a gente corre, que a sociedade precisa assumir, que os parlamentares precisam assumir, o risco que corremos quanto a prejudicar um serviço, um atendimento tão fundamental, que trata da vida de mulheres que estão em situação de vulnerabilidade na cidade de São Paulo? Quais são os interesses por trás desse tipo de terceirização?

Eu vou abrir a palavra para alguns parlamentares presentes que queiram se manifestar. Obviamente, passo primeiro a palavra às mulheres desta comissão. Eu vi que a Vereadora Luana Alves estava presente na audiência, não sei se continua presente.

Vereadora Luana?

O SR. JAIR TATTO – Presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Vereadora Juliana Cardoso?

A SRA. JULIANA CARDOSO – Oi, Elaine, tudo bem?

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Oi, Juliana, bom dia. Se quiser, em seguida, passo a sua fala.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Acho que vou falar só no final porque estou no velório do meu tio. Só quero marcar presença porque vai ser agora às 11h, vão fazer a cerimônia agora. No finalzinho então, eu entro para poder falar um pouquinho da Secretaria. Está bom?

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Está bom, Juliana. Tudo bem. Eu vou passar a palavra então para o Presidente da Comissão de Finanças, Vereador Jair Tatto que, agora pouco, pediu a palavra.

O SR. JAIR TATTO – Bom dia, Presidenta, parabéns pela iniciativa em um momento tão oportuno. Quero saudar a querida Vereadora Juliana, a querida Vereadora Luana do PSOL, os Vereadores que estão aí – eu não consegui anotar os nomes, não estou conseguindo ver pelo *chat*. Saudar a nossa querida representante da Defensoria Pública, Paula Santana Machado.

Quero começar fazendo justiça ao nobre Vereador Arselino Tatto, que em 1990 criou, fez uma lei, aprovou, se tornou lei, iniciativa dele, que criava as casas abrigo para mulheres vítimas de violência física e sexual. A partir daí, então, conforme a procuradora colocou, a defensora colocou, por decreto se criavam os nomes, e a primeira foi Casa Eliane de Grammont. Então queria fazer justiça, porque nos anos 1990 o Vereador Arselino Tatto teve

essa iniciativa.

Presidente, a representante do Governo, a Secretaria de Direitos Humanos não se encontra presente? Ou tem uma representante da Secretaria de Direitos Humanos?

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Até agora não, Presidente. Estamos aguardando também.

O SR. JAIR TATTO – Ontem o Prefeito inaugurou, aqui próximo, a Casa da Mulher Paulistana. Primeiro eu quero saber no que se diferem o Centro de Referência da Mulher e a Casa da Mulher Paulistana.

Também nós precisamos de dados de quantos centros de referência da Mulher tem na cidade de São Paulo. Eu diria que, no mínimo, teria de ter uma por distrito, são 96 distritos, baseado nessa terrível demanda – vou chamar de demanda -, baseado nas palavras da nossa querida defensora pública. Eu acho que esses são os questionamentos. Tem uma região, por exemplo, como Cidade Ademar, uma Subprefeitura inteira que não tem um Centro de Referência da Mulher.

E a Presidente nos coloca o congelamento do orçamento de 1,7 milhão. Aproveitando que somos uma comissão de mérito, Comissão de Finanças, que discute o impacto financeiro, quero dar essa contribuição com alguns questionamentos no decorrer desta audiência.

De novo, parabéns, Presidente, querida Vereadora Elaine, pela iniciativa. Estamos aqui para acompanhar atentamente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Presidente.

Eu vou convidar algumas pessoas, algumas representantes de vereadoras presentes, mas quem quiser se inscrever para falar pode fazer isso no *chat*.

Eu vou convidar a Natália Chaves, Coveadora da Bandada Feminista, representando também a Vereadora Silvia. Por favor, Natália.

A SRA. NATÁLIA CHAVES – Bom dia. Obrigada, Vereadora. Saudação a todos os

vereadores e a todas as entidades presentes. Sou Natália, sou Coveadora da Bancada Feminista do PSOL. Nosso mandato tem acompanhado também a questão da Casa Eliane de Grammont.

Especialmente para nós, que propusemos o PL, que foi sancionado pelo Prefeito, de implementação de auxílio-aluguel para mulheres vítimas de violência, e também de abrigo, de criação de central de vagas, é muito importante que haja social desses equipamentos. A gente se preocupa que essa possível privatização possa impedir o bom funcionamento dessa lei que foi sancionada há pouco.

Então a gente espera que o poder público entre e dê realmente, como a Vereadora Elaine falou, uma justificativa do porquê isso é necessário. Como a defensora Paula muito bem colocou, não é uma questão simples. A Casa é multidisciplinar, é uma casa histórica, é a primeira casa de referência da mulher, o atendimento é humanizado.

Então a gente vê que infelizmente essa via de ir pelas OSs, esse caminho de privatização pode, sim, interferir nesse atendimento humanizado e completo, que também nos garante fazer políticas públicas realmente eficientes. Estamos aqui atentas junto com as outras vereadoras da Casa, temos acompanhado o caso que para nós, mulheres especialmente, é muito importante.

Também nos colocamos à disposição para encontrar soluções, caso haja uma justificativa realmente, um problema que precise ser resolvido, que não passe pela OS, que passe por concursos públicos e outras alternativas possíveis.

É isso. Muito obrigada, Vereadora e a todos os presentes.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Natália.

Eu vi que a Vereadora Luana Alves conseguiu se conectar, então vou retornar a palavra para ela. Bom dia, Vereadora.

A SRA. LUANA ALVES – Muito obrigada. Bom dia, Vereadora Presidente Elaine. Quero agradecer a presença de todos. Antes de prosseguir com minha fala, Vereadora, posso perguntar se já temos representantes das secretarias presentes?

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Até agora não.

A SRA. LUANA ALVES – Não chegaram. É importante a gente saber disso, porque uma audiência pública sobre um tema tão fundamental tem que ter a presença, obviamente, de nós, do Legislativo, da sociedade civil, das pessoas que estão há anos nessa batalha do Centro de Referência, sejam os trabalhadores do Centro, sejam pessoas que defendem o Centro, e é lamentável ainda não termos aqui representantes do Executivo, que é exatamente onde está localizado esse processo de privatização.

Gostaria de reforçar tudo que foi dito e comentar que os Centros de Referência da Mulher cumprem um papel que nenhuma outra política pública cumpre. Eu sou da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher da Câmara, e fico feliz de ver aqui outros vereadores da Comissão, e a gente sabe que atendimento à mulher vítima de violência não dá para ser completamente abordado em serviços de saúde e de assistência, porque são questões delicadas.

Os tipos de violência que as mulheres passam, demandam acompanhamento longitudinal, não é algo se faça em ambulatório, nem de uma maneira queixa-conduta tem que ter o atendimento longitudinal com uma ética feminista.

A Casa Eliane de Grammont foi fundada por mulheres do movimento feminista. Isso é fundamental para o sucesso do atendimento da ... (Falha na transmissão).

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Acho que estamos tendo um probleminha de conexão com a Vereadora Luana. Vamos dar um tempinho. (Pausa) Luana, está conseguindo ouvir? Falhou bastante. Mas pode continuar.

A SRA. LUANA ALVES – Estava passando por um túnel. Perdão. Estou a caminho da Câmara.

Como eu ia dizendo, a Casa Eliane de Grammont, assim como outros CRMs da Cidade, cumprem um papel fundamental e indispensável que outros serviços não vão conseguir cumprir, justamente porque não conseguem ter um modelo de atendimento do acompanhamento longitudinal da mulher, da família, dos filhos, de uma situação de violência

que sempre é complexa. Não basta falar que essa mulher deve largar desse marido, digo isso de forma muito simples, porque é isso que se coloca.

O tipo de atendimento que os centros de referência fazem nenhum outro serviço vai fazer. Não dá para tentar inaugurar novos serviços, como o Prefeito fez ontem, que não têm nenhum tipo de ligação com os movimentos de defesa das mulheres, não têm um modelo assistencial que vai dar conta da complexidade de atender a mulher vítima de violência. Na verdade, é atender uma questão de dinâmica de violência familiar.

Eu queria passar para vocês que o nosso mandato se coloca completamente à disposição.

De fundo, essa questão é sobre a Prefeitura não querer fazer concursos públicos. A Prefeitura se nega a fazer concursos públicos nas áreas de saúde, de assistência social, de direitos humanos. Isso é lamentável, significa perda de vidas. São pessoas que vamos perder para adoecimentos, para processos de violência, tudo porque o nosso Executivo se recusa a considerar concursos públicos na cidade de São Paulo.

Concordo muito com o que falaram os outros Vereadores, concordo com o Vereador Jair Tatto, tinha de ter um a cada distrito de São Paulo, seria possível fazer isso se a gente tivesse concurso público.

Gostaria de deixar a minha contribuição. Agradecer a presença. Vou permanecer para ouvir as outras pessoas e ver se vamos conseguir ter a presença do Executivo, para, enfim, entendermos o que está acontecendo, ver de que maneira a gente consegue se posicionar.

Muito obrigada, Vereadora Elaine.

O SR. JAIR TATTO – Vereadora Elaine, eu esqueci até de perguntar se essa casa inaugurada ontem já veio de uma forma terceirizada. Não verifiquei. Acho que seria importante a gente saber se já caiu na mão de uma organização social. Ok?

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Ok, Vereador.

Eu gostaria, inclusive, de frisar o que falou a Vereadora Luana, o senhor também

falou no começo, que era fundamental a presença da Secretaria de Direitos Humanos que, inclusive, confirmou a presença nesta audiência pública, mas não compareceu. Isso é muito ruim para a relação, inclusive, das casas, dos poderes, que estão sempre fazendo seus pesos e contrapesos. A gente quando abre diálogo, especialmente, com a população com a audiência pública, a gente espera um pouco mais de respeito dos nossos colegas do Executivo, que deveriam tratar não só esta Casa, mas também a todas as municipais que são para quem a gente trabalha, de fato.

Eu só queria frisar o que falou a Vereadora Luana, dizer que o convite foi feito, foi confirmado pela Secretaria, mas, infelizmente, eles não compareceram até o momento nesta audiência.

Eu anuncio a presença da Vereadora Ely Teruel. Aproveito para dizer que o Vereador que queira fazer uso da palavra pode chamar que nós daremos.

Chamo a Sra. Ivete Serigatto, representante do Vereador Dr. Sidney Cruz. (Pausa)
Não está.

Nós vamos fazer uma rodada, por enquanto, de algumas convidadas que são pessoas que atuam no tema, que fazem a discussão e têm muito a contribuir conosco.

A primeira pessoa que eu gostaria de chamar é a Liliane de Grammont, que está presente desde o começo da audiência. Bem-vinda, muito obrigada pela presença. Está com a palavra.

A SRA. LILIANE DE GRAMMONT – Em primeiro lugar agradeço muito a oportunidade de poder conversar com vocês.

Como para mim é um tema muito caro, de ordem estritamente emocional e familiar, vou ler um texto, porque acho que é a maneira mais fácil de não me perder e conseguir falar o que sinto, a necessidade como sociedade civil e ativista no enfrentamento da violência contra a mulher.

“Olá, bom dia. Sou Lili de Grammont, vítima indireta de um feminicídio que marcou o Brasil por dois motivos: o primeiro a minha mãe Eliane de Grammont foi brutalmente

assassinada à queima roupa no palco do Café Belle Époque, em São Paulo. O assassino, meu pai, Lindomar Castilho, alcoólatra, cantor, dono de prêmios internacionais, 27 discos de ouro e um dos maiores astros da sua época.

O segundo, sem dúvida, o mais importante motivo, foi um assassinato que fez pensar a questão da mulher que mobilizou milhares de pessoas para as ruas dizendo: “Basta.”, descobrindo-se nas primeiras políticas públicas para as mulheres.

Vejam, em 1984, meu pai foi preso. No ano seguinte, em 1985, a primeira Delegacia da Mulher é construída no Brasil. Em 1990, partindo da percepção de que somente denunciar não retira a mulher do ciclo de violência, foi construída a Casa Eliane de Grammont, o primeiro Centro de Referência da Mulher do país.

Foi na Casa Eliane de Grammont que o modelo de atendimento integrado surgiu. Essa tríade tão necessária – a assistência social, psicológica e jurídica – foi usada pela primeira vez em um mesmo espaço. Os serviços prestados na Casa Eliane de Grammont começaram a ser replicados por todo o Brasil e o modelo inspirou outras instituições pela América Latina, multiplicando esse conhecimento, replicando o modelo de atendimento, beneficiando muitas, muitas mulheres.

No entanto, a execução do orçamento destinado ao enfrentamento da violência contra a mulher pela Secretaria de Direitos Humanos de São Paulo evidencia o desrespeito ao legado social e histórico da Casa Eliane de Grammont, que está funcionando com metade de sua capacidade, colocando em risco o atendimento que tornou o equipamento social modelo de atendimento.

Em nome das brasileiras mortas, dos filhos e filhas do feminicídio, eu não posso me omitir enquanto a casa estiver correndo o risco de não cumprir a sua missão, missão essa de garantir a vida de mulheres – mulheres, filhas – que, ainda, infelizmente, vivem em situação de violência. Cresci acreditando que a história triste da minha vida não foi em vão, porque deixou um legado para as mulheres brasileiras, o CRM, a Casa Eliane de Grammont, que desdobrou em muitos outros equipamentos. Minha mãe morreu, mas muitas mulheres foram e são

protegidas pela casa. Muitos filhos e filhas puderam crescer perto das suas mães por causa da casa.

Por ser a pioneira em um modelo bem sucedido, a Casa Eliane de Grammont impacta diretamente os outros Centros de Referência da Mulher. Por isso, se o projeto de terceirização dos serviços oferecidos pelo Município de São Paulo for construído de forma descompromissada e não for democraticamente discutido com a sociedade, calculando os riscos para a existência do próprio equipamento, bem como a qualidade e a continuidade do atendimento às mulheres em situação de violência, a maior cidade do país cometerá um retrocesso injustificável. O atendimento às mulheres não pode correr o risco de ser ainda mais precarizado.

Manter os CRMs funcionando com qualidade é a condição para salvar vidas, para permitir que os filhos, como eu, possam contar suas histórias ao lado das suas mães. Eu fui privada da convivência com a minha mãe, mas muitos não serão. Deixar a Casa Eliane de Grammont ser sucateada seria como deixar a minha mãe morrer novamente.

Por isso, eu peço ajuda de todos e todas aqui presentes e de quem está me ouvindo pelas mídias sociais, para dialogar. Eu peço o diálogo com a sociedade civil sobre essa pauta tão importante e tão cara para a mulher e para toda a sociedade.

Muito obrigada a todos. Passo a palavra para outra pessoa.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Sra. Lili. Olhe, é muito emocionante ouvi-la falar. Com todo o respeito, ouvimos e pode ter certeza de que na Casa encontra várias companheiras que vão lutar ao seu lado pela Casa Eliane de Grammont e por todos os Centros de Referência e Defesa da Mulher. Essa pauta é muito cara a todas nós, mulheres, Parlamentares da Casa, e, com certeza, na sociedade civil organizada. No movimento de mulheres também existe muita força e disposição para resistência, nessa luta. Está bom?

Eu quero chamar a Sra. Kelly de Oliveira. Está com a palavra. Bom dia.

A SRA. KELLY DE OLIVEIRA – Bom dia, gente. A minha internet está oscilando

um pouco. Tudo bem se eu deixar só o microfone ligado?

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Sem problema.

A SRA. KELLY DE OLIVEIRA – Está bom. Bom dia a todos e a todas. Eu sou a Kelly. Eu estou falando em nome do CTP, o Coletivo de Trabalhadores e Trabalhadoras Terceirizados das Políticas Públicas, que se organiza desde 2019. É um grupo de trabalhadores que, embora terceirizados, se coloca contra a terceirização.

O que defendemos? Reafirmamos a nossa luta em torno dos serviços públicos gratuitos e para todos, da estatização de todos os serviços terceirizados e privatizados e da estabilidade no emprego – o que significa a contratação imediata das trabalhadoras e dos trabalhadores terceirizados nesses serviços públicos que já executam com muita dificuldade a política pública na cidade de São Paulo e em vários outros estados do país.

Para nós, é muito importante, também, colocar no debate o fim do pagamento da dívida pública. É importante retomarmos para onde vai o dinheiro público. Para nós, o fim do pagamento da dívida pública significa que todo o dinheiro público necessário deve ir para os serviços públicos – no caso, educação, saúde, cultura e assistência social.

Como eu disse, o coletivo de trabalhadores se organiza há pouco tempo, mas nós nos juntamos, sobretudo, para discutir a nossa condição de trabalho e para pensar alternativas de enfrentamento a essa condição de terceirizado. Fomos nos organizando e somos trabalhadores de várias políticas públicas, não só da assistência social. Eu sou uma trabalhadora terceirizada da política de assistência, mas existem trabalhadores terceirizados da saúde, da educação, da cultura. O que temos em comum? A precarização dos nossos trabalhos e, sobretudo, o sucateamento das políticas que executamos.

Nessas conversas com os trabalhadores, é muito comum aparecer a terceirização, embora esse debate não seja novo de fato. Parece-me que o CTP é um coletivo que tem apontado as contradições da terceirização e voltado a colocar no debate o que significa a terceirização, sobretudo para os serviços públicos, mas também para os trabalhadores.

Significa rotatividade para as trabalhadoras, baixos salários, assédio, desligue e

demissões. É muito importante dizer que nesse período que a gente tem discutido com os trabalhadores, que a gente tem se reunido coletivamente, o CTP fez várias plenárias conjuntas, várias reuniões, campanhas de denúncias. Chegamos a fazer alguns atos, porque muitos trabalhadores nessa condição de terceirizado, colocado como parcerizado, como colaborador - ainda insistimos que o nome não é esse - somos trabalhadoras terceirizadas, e apontam por que a terceirização é um problema. Muitos trabalhadores sofrem, por exemplo, primeiro que o processo de terceirização nessas políticas já significa menos investimento público. Investindo menos, obviamente, quem vai custear a população atendida e os trabalhadores? É muito comum que as organizações também se movimentem, falem sobre reajustes nos convênios, quando não reajustes dos convênios, quem sofrem também são os trabalhadores. Porque muitas organizações acabam deixando de pagar os direitos trabalhistas e quando a organização não suporta mais continuidade dos serviços, simplesmente, fecham os serviços e muitos trabalhadores ficam sem receber os seus direitos.

Essa é uma situação recorrente dos trabalhadores terceirizados. E por que para a gente é muito caro e muito importante, quando o CTP tomou parte dessa situação da terceirização, não só da Casa Eliane, do CRM Eliane de Grammont, mas outros CRMs, não só colocou com o suspenso esse processo de terceirização, mas a gente ainda entende que nós anunciamos contra esse processo. Primeiro que a Casa Eliane de Grammont, assim como outros CRMs são importantes para as mulheres na cidade de São Paulo, que inspirou inclusive a criação de outros serviços, a expansão desses outros serviços, que infelizmente já nasceram terceirizados, já vem um sofrendo um processo de sucateamento sucessivo nos últimos governos.

Então faz parte desse processo de terceirização ir sucateando, sucateando o serviço público até que se torne insustentável e aí a solução é terceirizar, que uma organização social entre para administrar esse serviço. A gente entende que não é tão simples assim. Na verdade a gente sabe o resultado disso. E quando a gente fala de sucateamento, a gente está falando da falta de investimentos. Investimento na estrutura dos próprios prédios e

investimento, sobretudo na contratação de trabalhadores de recursos humanos. Então é bastante preocupante. E o CTP se coloca contrária, não existe possibilidade de avanço na terceirização de um serviço tão importante como esse para as mulheres. A gente tem reafirmado essa frase: “que a terceirização é inimiga das mulheres, das mulheres trabalhadoras e das mulheres trabalhadoras atendidas nesse serviço”. Poderia citar vários exemplos, mas ainda vamos citar aqui.

A gente pautou um pouco, falando dessa nossa preocupação, dizendo que é isso. O processo de precarização e sucateamento desses serviços vêm acontecendo há tempos, tem sido denunciado pelo conjunto de trabalhadores que compõem as redes de enfrentamento à violência contra as mulheres na cidade São Paulo e tem falado dos seus reflexos e consequências para as usuárias, para as atendidas e para as trabalhadoras. E é muito curioso que esse edital ao mesmo tempo que aponta a importância, o interesse social desses serviços e ressalta algumas características essenciais e contínuas, tipo não pode sofrer paralisações, a gente sabe que esse processo de terceirização caminha na contramão disso. É isso que acontece na terceirização: rotatividade de trabalhadores, baixos salários, assédio, demissões e obviamente existe descontinuidade no atendimento às mulheres atendidas.

Então, para nós, o resultado da privatização desses serviços escancara uma faceta muito perversa, que é a total desproteção das mulheres. Proteção trabalhista e desproteção no sentido do direito das mulheres que precisam ser atendidas. É bastante e a gente já vinha conversando sobre isso há algum tempo, porque no próprio Plano de Metas, quando se apresenta esse processo de terceirização, de transferência dos serviços diretos para indiretos, a justificativa para a gente está muito frágil, inclusive porque não há justificativa, mas ela está extremamente frágil, e diz respeito ao aumento do atendimento.

Bom, como vamos ter aumento de atendimento a mulheres em situação de violência num serviço que já está sucateado? Sem falar em recursos humanos, sem falar em concurso público. A gente não fala na contratação de trabalhadores terceirizados, a gente não está na lógica de que é a terceirização. Não! Que se invista em concurso público, para que

exista recursos humanos nesses serviços para um atendimento de qualidade para as mulheres. Que no mínimo ele corresponda à norma de uniformização do Centro de Referência, que existe desde 2006 e que fala do número mínimo de trabalhadores.

Então eu entendo, grande parte de quem está aqui talvez entenda que inclusive o CRM está muito abaixo do número de trabalhadoras para fazer funcionar um CRM. Para nós a terceirização não é uma saída. Nesse caso o CTP se coloca lado a lado, ombro a ombro, com o movimento de mulheres, com a rede de enfrentamento que tem demonstrado bastante preocupação com esse processo de terceirização.

Sei que não é a pauta aqui, mas a gente também tem uma preocupação muito grande, porque o Plano de Metas também apresenta a transferência dos 15 CDCMs, que hoje se encontram... Já são terceirizados, teve um recurso que tem sido enxugado ao longo do período, mas falam da transferência para a Secretaria de Direitos Humanos. A nossa preocupação é que também não fala de orçamento, também não fala qual que é o projeto dessa transferência, como vai se dar essa transferência.

Eu acho que é isso, a gente apontar as preocupações, mas se colocar contrariamente dada as várias evidências que temos acompanhado muito no período do que significa a terceirização para as mulheres trabalhadoras desse serviço e para as mulheres usuárias de serviços.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Kelly. Eu gostaria de convidar a representante da Marcha Mundial das Mulheres, Sônia Coelho.

A SRA. SÔNIA COELHO – Bom dia, cumprimento todos, na pessoa da Vereadora Elaine do Quilombo, acho que é muito importante a gente estar debatendo esse tema. Eu sou a Sônia, da Marcha Mundial das Mulheres, mas pessoalmente, no movimento de mulheres, participei dessa luta pela implementação da casa Eliane de Grammont e de tantos outros serviços de enfrentamento à violência.

Quero começar registrando que é um absurdo uma audiência pública em que a

Secretaria responsável que deveria dar a resposta a nós esteja ausente. Isso mostra já o descaso dessa gestão com a política de enfrentamento à violência contra a mulher e as políticas para as mulheres, é muito descaso, acho que isso tem de ser registrado.

Como a Paula e outras companheiras já falaram muito bem, qual é o papel da casa Eliane de Grammont e como o estado tem obrigação, no caso os municípios, tem a obrigação de assumir o atendimento e o enfrentamento da violência contra mulher. A própria Lei Maria da Penha propõe a articulação de políticas de prevenção, de proteção, de punição, mas também de prevenção e eu vejo a casa Eliane de Grammont muito cumprindo também, não só no sentido do atendimento, mas cumprindo esse papel da prevenção, uma vez que ela tem o papel de fazer estudos e pesquisas, que tem o papel de fazer a formação para trabalhadores da rede, uma vez que ela faz reflexão e um trabalho multiprofissional. Então acho que isso é um aspecto da política também preventiva.

E terceirizar, privatizar, é o município se desresponsabilizar pela Casa Eliane de Grammont, por esse serviço, e nós do movimento temos muita certeza desse tipo de ação, que é simplesmente para acabar com os serviços, sabemos disso, ou simplesmente acabar com o que são os objetivos principais das casas. Daí temos também a casa, que não falamos muito, mas a casa da Brasilândia, que é fundamental numa das regiões de maior violência contra população negra, contra as mulheres, nessa cidade. Qual é o sentido de você terceirizar a Casa Brasilândia? Eu quero lembrar as perguntas que a Eliane e outras pessoas aqui já fizeram. Qual é o custo do que tem isso para o estado, para o município? Qual é a benfeitoria que isso traz para o município? Porque para as mulheres, para o atendimento as mulheres, nós temos certeza e podemos responder à pergunta: não vai melhorar serviço, muito pelo contrário. Então para nós vai piorar a situação de enfrentamento a e para o município. Qual é o custo disso? Como já foi perguntado. Que relevância tem você privatizar um serviço tão importante como esse?

Já vimos e a Kelly falou muito bem sobre a fragilização que tem o serviço conveniado e os serviços de enfrentamento à violência não pode ter descontinuidade. Ela

colocou um elemento que acho muito importante para nós que é a rotatividade das trabalhadoras. O atendimento à violência contra mulher não pode ter rotatividade, é fundamental que aquela profissional, aquela pessoa ali no serviço, que tenha a formação, que tenha experiência, que tenha a sensibilidade. Isso demora muitas vezes anos para você ter uma pessoa com a formação adequada, para fazer com que o serviço funcione adequadamente, para que essas mulheres possam, de fato, construir um caminho de autonomia para conseguir romper a violência. Então, a gente tem que contar muito com essas trabalhadoras, com a formação que essas trabalhadoras têm, por que uma pessoa que as sofreu violência por 20 anos, se ela chegar a uma Casa como esta e não tiver um atendimento adequado, se uma pergunta a essa mulher for mal feita, essa mulher retrocede e ela, muitas vezes, acaba sendo assassinada, acaba tendo problemas muito graves com violência. Por isso, precisamos ter muito cuidado. A política de enfrentamento à violência precisa ser muito cuidadosa.

Nesse sentido, quero concordar com a Kelly e propor que tenhamos imediatamente concurso público para esses serviços que estão sendo sucateados. Que esta Comissão e as Vereadoras e os Vereadores presentes estudem alguma medida para contratação de emergência. A Prefeitura já fez contratação de emergência em outros momentos. Precisa se verificar se é possível haver contratação de emergência com possível concurso público, pois isso é fundamental, com formação para profissionais que ingressem. E também aproveitando que esta é uma Comissão de Orçamento, temos tido muito preocupação porque a Prefeitura – tanto a gestão passada, do Doria, como a atual – tem essa coisa de atrasar o repasse do financiamento, como estava fazendo agora com a Casa Rosangela Rigo, que é a única casa de passagem que nós. Só reafirmando o que a Kelly falou, há uma rotatividade, e a entidade não consegue manter as trabalhadoras, não consegue manter o serviço. Temos insistido, como movimento, em que o Orçamento também venha especificando. Como é que você especifica que esse Orçamento seja utilizado na política de enfrentamento à violência, que será previsto para determinado convenio ou determinada Casa? Então, isso precisa ser mais bem

trabalhado dentro do Orçamento porque não pode ser um Orçamento que a gente nunca sabe, em que a Prefeitura chega, o Executivo chega e fala que não tem verba, e é sempre em cima das políticas para as mulheres, das políticas de direitos humanos, da política de atenção à população negra, as quais acabam sendo afetadas nesses cortes.

Então, peço que seja revista essa questão do Orçamento. Que esta Comissão possa avaliar qual é o custo dessa terceirização, o que isso irá significar em termos de custo, já que a gente sabe que em termos de atendimento não servirá para nada. Era isso. Muito obrigada. E nós do movimento ficamos aqui, estamos na luta, vamos resistir e exigimos também controle social desses equipamentos e dessa gestão, que tem violado muito os direitos das mulheres. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Sônia. Muito importante essa sua colocação. Com certeza, vamos nos debruçar atentamente sobre o Orçamento.

Eu gostaria de perguntar se há alguém presente da Comissão de Redes, se há algum representante, porque não recebemos o nome. (Pausa) Então, prosseguirei na chamada dos inscritos. Próxima inscrita, Sra. Heloisa Regina Soares da Silva. (Pausa) Está presente? Caso entre, chamaremos novamente. Próxima, Adriana Oliveira Magalhães. (Pausa)

A SRA. ADRIANA OLIVEIRA MAGALHÃES – Bom dia.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Bom dia, Adriana. Bem-vinda.

A SRA. ADRIANA OLIVEIRA MAGALHÃES – Obrigada. Bom dia à Vereadora Elaine do Quilombo. Agradeço a oportunidade de estar aqui nesta audiência. Um bom dia a todos os Vereadores e assessores que estão presentes e às minhas companheiras de movimento social.

Sou Adriana, da direção do Sindicato dos Bancários e estou como Conselheira de Políticas Públicas do Município de São Paulo representando a CUT. Peço licença para poder falar em nome da nossa Presidenta do Conselho, a Cláudia, que infelizmente não pôde

participar devido ao trabalho. Faço aqui inclusive uma fala em nome das várias conselheiras do Município de São Paulo entendendo que o Conselho é uma peça extremamente importante da democracia desde a Constituição de 88 para que a sociedade civil possa acompanhar as políticas públicas, fiscalizar e também zelar pela gestão da nossa cidade.

Quero fazer um resgate. Nós assumimos essa gestão do Conselho em 2020. Já na primeira reunião, um dos pontos de pauta com a Secretaria e a Coordenadoria de Mulheres da Cidade foi a Casa de Passagem da Vila Mariana, que já foi inaugurada e recebeu orçamentos ainda da gestão da Presidenta Dilma, do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Essa casa de passagem até agora não foi inaugurada, colocada a serviço das mulheres do município de São Paulo. Então, faz mais de um ano que vimos solicitando esclarecimentos à Secretaria de Direitos Humanos e exigindo que essa casa seja colocada para o combate, o enfrentamento à violência contra as mulheres.

Quero fazer esse registro porque entendo que a luta pela permanência do serviço de qualidade da Casa Eliane de Grammont tem a ver com essa luta que a própria Lili colocou aqui, que é uma luta de décadas, para que a gente possa combater a violência e o feminicídio. Ninguém aqui contesta, teria a capacidade de contestar diariamente, sejam pelos dados infelizmente trágicos que acontece, na nossa Cidade, sejam pelas estatísticas. O Brasil continua com essa marca triste de feminicídio; e aí a gente vê equipamentos que não são inaugurados e colocados a serviço das mulheres. Nós vemos o sucateamento do serviço público, e aí vem a pergunta: "Por que os pobres, os trabalhadores devem receber serviços de qualidade duvidosa?". Porque a terceirização, na ponta é isso. É a incapacidade de a OS fazer a gestão e a contratação de bons trabalhadores e servidores, porque eles não têm a experiência das servidoras que estão aí há décadas fazendo esse acompanhamento, que é especializado.

Nós fizemos, como conselheiras, um pedido. No dia 26 de abril, nós pedimos uma reunião extraordinária com a Secretária de Direitos Humanos, para o esclarecimento do plano de metas. Nós não tivemos esse esclarecimento. A sociedade civil não foi esclarecida sobre o

plano de metas da cidade de São Paulo, que envolveria a política de treinamento. A nossa última reunião do conselho de mulheres foi no dia 30 de agosto, quando nós tivemos um documento assinado tanto pelas conselheiras da sociedade civil como as conselheiras da gestão, pedindo esclarecimentos sobre o processo referente à Casa Eliane de Grammont.

O que nós queremos saber? Nós queremos ter acesso ao orçamento, queremos entender o que significa esse plano de metas, qual é o impacto que vai ocasionar na vida das mulheres nas periferias, onde há os equipamentos; e nós não tivemos até agora. Então, eu gostaria de saber inclusive, nobre Vereadora Elaine, como nós podemos sair daqui com uma medida administrativa que implique a Secretaria de Direitos Humanos, porque nós não temos aqui nem a Sra. Secretária, nem a Coordenadora e nem as funcionárias que fazem também o acompanhamento no Conselho de Política para as Mulheres. Então, eu gostaria de fortalecer esse nosso pedido das conselheiras. É um pedido de transparência. Não está havendo transparência por parte da gestão. Nós queremos até saber se a gestão aqui, se o município de São Paulo está sendo impactado pelas medidas feitas pelo Governo Bolsonaro, de redução de orçamento. Quanto a isso, a gente não tem acesso. Nós não tivemos acesso. A gente não tem esses esclarecimentos, e a gente gostaria que de sair daqui com alguma medida administrativa, alguma outra ação, para que pudesse responsabilizar mesmo a gestão do município, no que se refere ao orçamento. Por quê? Porque precisamos de transparência.

Foi apresentado para a gente que existe um orçamento relacionado aos fóruns regionais. Nós nunca soubemos que havia um orçamento. A gente pediu para que fosse feito um crachá para as conselheiras. Foi dito que a Secretaria não tinha condições financeiras de fazer crachás para as conselheiras fazerem a fiscalização e o acompanhamento nos equipamentos, para acompanharem as mulheres nos equipamentos.

E agora foi apresentado que a gente tem uma rubrica de um milhão e 700 mil reais destinados para duas casas; e nós não sabemos. Então, aqui eu quero reiterar, porque nós fomos eleitas. Está lá no *Diário Oficial da Cidade*. Representamos as mulheres na cidade de São Paulo, e nós não estamos tendo respeito por parte da gestão, assim como também as

trabalhadoras.

Então, na verdade, esse é o meu registro, mas também é um desabafo de bastante indignação, porque a gente tentou, mais uma vez, conversar com a Sra. Secretária, para que pudesse nos esclarecer entenderam às dúvidas, todas pertinentes às políticas públicas aqui do município de São Paulo e agora, mais do que nunca, em relação à Casa Eliane de Grammont. Nós não aceitamos a terceirização, porque não há justificativa para terceirizar. Não há justificativa para reduzir 50% de orçamento, por exemplo, para Rosangela Rigo. Inclusive, a gente sabe que há, no novo chamamento e edital. As OSs não conseguiram preencher os requisitos, porque a gente não tem *know-how*. Não existe *know-how* aqui, no município de São Paulo, e no Brasil, para fazer o atendimento. O grande atendimento é feito pelas servidoras e pelas técnicas, que estão todas valorizadas e recebem um salário que, se for comparado a uma psicóloga clínica, a uma assistente social clínica, é 50% do valor que as OSs remuneram.

Então, eu gostaria de dar essa minha contribuição.

Muito obrigada pelo tempo e pela compreensão de todos.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Tem a palavra a Sra. Simone dos Anjos.

A SRA. SIMONE DOS ANJOS - Bom dia a todos que estão dentro da sala aqui, no Teams, e pessoas que nos veem pelo YouTube.

Eu vou me apresentar. Eu sou Simone dos Anjos. Eu faço parte de um coletivo chamado Rede de Mulheres Negras Evangélicas; e a nossa intervenção aqui, nesta audiência hoje, parte do nosso lugar, de mulheres negras evangélicas, que estamos entre as pessoas mais vulnerabilizadas no segmento evangélico e as pessoas que mais têm sofrido com o aumento da bancada fundamentalista evangélica, que tem, diuturnamente, trabalhado contra os nossos corpos.

Antes de iniciar a minha fala, eu queria registrar o meu repúdio mesmo da ausência do Poder Executivo nesta reunião. Por quê? Temos inaugurado um sistema a partir dos debates de 2018, onde as pessoas não vão aos debates. Bolsonaro não vai ao debate. Teve

uma série de prefeitos nas campanhas do ano passado que não foram aos debates e essa lógica não pode se perpetuar no poder público, nem político, nem no Executivo da nossa sociedade, porque as competências executivas têm de ouvir a população, sim. Por isso queria registrar esse repúdio e essa lógica bolsonarista de não enfrentar os problemas, não estar de frente a eles e de não responder as perguntas que a sociedade civil tem.

Registrado esse meu repúdio, eu quero dizer aqui, em nome da Rede de Mulheres, que 40% das mulheres - calculamos que são 40% - que sofrem violência doméstica, em São Paulo, são evangélicas. Da religião evangélica, 60% são no Brasil, ou seja, proporcionalmente, as mulheres evangélicas são as que mais sofrem violência.

Dentre as mulheres evangélicas que mais sofrem violência, as negras que sofrem mais ainda. Vejam: as mulheres negras são as mais vulnerabilizadas na sociedade em geral e, inclusive, no segmento religioso evangélico.

Qual é o nosso medo? O nosso medo é que a terceirização, hoje, tanto no atendimento às crianças por meio das creches – das creches principalmente –, mas também por meio da política de drogas, que acolhe as pessoas que fazem uso nocivo de drogas, e ainda por meio do acolhimento das mulheres em situação de violência, são as OSs religiosas ganhando essas licitações.

Nós temos também, a exemplo da cidade de Osasco, OSs religiosas ganhando licitações para administrar os serviços de Saúde, como UBSs. E por que estamos dizendo isso e queremos registrar isso nessa reunião? Por que essas OSs religiosas quando vão acolher essas mulheres vão acolher essas mulheres em situação de violência, elas podem, inclusive, piorar o quadro da saúde mental delas com a reafirmação da culpa da mulher por meio de dogmas religiosos e também serem contra, principalmente – que é o nosso maior medo – aos direitos sexuais reprodutivos das mulheres.

Sabemos, sobre isso, e eu mesma, enquanto mulher evangélica, negra e da periferia, estive em várias casas de acolhimento – e não só casas onde as mulheres dormem, mas também casas de passagem, onde só passam o dia, mas que, enfim, interagem com

assistentes sociais, falando com mulheres que sofrem alguma vulnerabilidade social, sobre direitos sexuais reprodutivos, sobre uma das violências que quase não se fala a respeito, que é aquela em que os homens não deixam mulheres usarem camisinha, que não as deixam usar anticoncepcional, ou ainda violência moral de homens que as obrigam a abortar - lembrando que o artigo 7º da Lei Maria da Penha dispõe que não pode se obrigar uma mulher a engravidar e também não pode se obrigar uma mulher a interromper uma gestação – então, isso tudo não se fala! No meio religioso muitos pastores e muitos líderes religiosos que engravidem suas fiéis, depois as obrigam a interromper essa gestação.

E, nessas casas de acolhimento, onde essas mulheres interagem, tanto nos Centros de Vivência, como nas casas onde essas mulheres passam até conseguirem outro lugar seguro para ficarem, não há oportunidade de se conversar sobre esses direitos das mulheres.

Então o nosso temor com o avanço da terceirização sobre as políticas públicas de acolhimento às mulheres na cidade de São Paulo é que as OSs religiosas, as OSs que são extremamente fundamentalistas e que, com aquele site ‘você precisa abortar’ e acolhem e a obrigam, pelo convencimento através do terrorismo, segundo feto na mão, a interromper uma gestação que naquele momento não deve seguir por motivos de violência ou por vários motivos, o nosso medo é justamente esse: que a terceirização seja uma porta aberta para essa.

E, hoje, a conjuntura, com Ricardo Nunes, que tem relação com os setores reacionários e fundamentalistas da Igreja Católica, com a própria construção e configuração da Câmara Municipal de São Paulo que tem uma bancada reacionária e fundamentalista religiosa bastante contundente, viemos fazer essa denúncia e convocar nossas companheiras feministas para se juntar a nós na luta contra esse medo que temos.

Nós, da Rede de Mulheres Unidas Evangélicas temos, desde 2018, lutado contra esse racismo e sexismo sobre o corpo das mulheres evangélicas que estão dentro das igrejas, Então nós registramos aqui essa nossa preocupação, e registramos também que a nossa

maneira de se resguardar num estado laico é num estado onde haja concurso público, é um estado onde as relações sejam extremamente nítidas entre a sociedade civil e o próprio Estado.

E, para finalizar, recentemente estivemos aqui, nesse mesmo espaço de audiência pública, discutindo o PL do Escolhi Esperar, ou seja, esse projeto tinha um dispositivo que permitia às instituições fazerem conscientização, nas escolas, sobre a importância da abstinência sexual. Ora, que instituições são essas que tinham indicação desse PL que vão querer ir às escolas falar sobre abstinência sexual se não as próprias instituições reacionárias, fundamentalistas e religiosas? Então tanto as iniciativas, do PL do Escolhi Esperar quanto a do PL que instituiu o Bolsa Estupro – do Eduardo Girão, no Senado, que também indicava que instituições poderiam acolher essas mulheres e que elas deveriam receber essa Bolsa-Estupro e ainda registrar o filho no nome do estuproador, voltamos a perguntar: que instituições são essas que vão aceitar fazer esse trabalho se não as instituições fundamentalistas, reacionárias, antidireitos das mulheres, anticorpo das mulheres, “anti” uma política efetiva que, no limite, vai garantir o acesso sobre os seus próprios corpos e uma vida digna.

Então tememos que essa terceirização avance contra o corpo feminino e contra o direito das mulheres por meio de um discurso fundamentalista, reacionário, misógino e patriarcal fundamentado na não laicidade do Estado. Portanto, para nós, a terceirização desses serviços também é um ataque à laicidade do Estado.

Agradeço muito a oportunidade de falar aqui, a Rede de Mulheres Negras Evangélicas está à disposição das Vereadoras para trazer mais insumo sobre essa pauta, que ainda é um pouco invisibilizada porque nós somos poucas, mas que há mulheres evangélicas nessa resistência e nessa conversa com o direito das mulheres. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Muito obrigada, Simone. Importante resgate que mostra o quanto a luta feminista, aqui, dentro do Parlamento, também é árdua e que nós continuamos travando.

A próxima oradora é a Maria Elisa dos Santos Braga. (Pausa) Rebeca Meier.

(Pausa) Mônica Antonio da Silva Fernandes.

A SRA. MÔNICA ANTONIO DA SILVA FERNANDES – Bom dia. Agradeço à Vereadora Elaine e cumprimento todos, todas e todes que estão contribuindo para que esta audiência com um debate tão importante esteja acontecendo de uma forma tão rica, embora aqueles e aquelas que deveriam estar nesta discussão terem se furtado de participar deste momento importantíssimo para aquelas que dependem de uma casa abrigo e de uma casa de referência, mulheres vítimas de violência e também seus filhos e filhas. Agradeço ainda à Lili de Grammont, que hoje deu voz a tantos órfãos e órfãs do feminicídio de uma maneira tão comovente e, ao mesmo tempo, tão forte.

Essa questão da terceirização é um problema muito sério em vários âmbitos, pois promove a precarização dos serviços e a precarização dos trabalhadores e trabalhadoras. Nós expomos o quão nocivas são essas terceirizações pois estamos pensando nos serviços e nas pessoas que precisam de atendimento. É muito importante ressaltar que existe também essa questão – que já foi abordada por outros companheiros, principalmente pela Kelly – da precariedade da situação do trabalhador e da trabalhadora, que têm que se submeter a essas terceirizações.

Para além da importantíssima defesa da não terceirização da Casa Eliane de Grammont por toda a sua história e referência, nós nos colocamos em posição de luta contra toda e qualquer terceirização, a favor de concursos públicos e pelo resgate da importância do servidor público, que trabalha de fato. Nesse sentido, eu acho que temos que pensar em alguns movimentos que deem visibilidade a tudo isso, uma vez que hoje há campanhas fortíssimas contra o servidor público e a favor do desmonte dos serviços públicos. Por tudo isso, eu penso que nós estamos dando um passo muito importante em prol da valorização do serviço e servidor públicos e da não terceirização.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Muito obrigada, Mônica.

A Maria Elisa conseguiu se reconectar? (Pausa)

A SRA. MARIA ELISA DOS SANTOS BRAGA – Sim. Bom dia. Eu sou Maria Elisa, base do Conselho Federal de Serviço Social, do Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo, principalmente para as questões de ética e gênero, e sou da Rede de Assistentes Sociais pelo Direito de Decidir. É um prazer falar com pessoas que são de luta e que tiveram esta iniciativa, porque nós não podemos entregar de bandeja conquistas históricas fundamentais que o movimento feminista alcançou, como os Centros de Referência da Mulher e a Casa Eliane de Grammont, serviços públicos.

O Serviço Social como profissão tem um compromisso ético-político com os Direitos Humanos, principalmente das mulheres, e por isso está sempre na defesa de toda conquista e na luta pela ampliação das políticas para as mulheres. Estou aqui hoje porque sou militante e porque, por 23 anos, eu fui assistente social da Casa Eliane de Grammont. Por isso, posso falar por experiência própria, pois lá vivenciei tudo isso que vocês estão verbalizando hoje.

Esse serviço foi construído com a luta do movimento feminista e pela entrada do movimento feminista na Prefeitura de São Paulo, que trouxe como exemplo o que existia de pioneiro no movimento feminista da Europa naquele momento histórico, capacitando as profissionais, as gestoras. Todo estudante ou pessoa que passou por lá era profundamente capacitada. Um exemplo é que nós chegamos a ter 50 candidatos para uma vaga de estagiário na Casa Eliane de Grammont, porque as universidades do Brasil e as de fora queriam que os estudantes estagiassem nela pela qualidade do atendimento, pela política implementada, pela articulação feita e essa preocupação, esse compromisso feito com as mulheres.

Eu posso dizer que, nos 23 anos que eu trabalhei lá, não tivemos uma mulher que morreu pelo feminicídio. Isso demonstra como a responsabilidade na relação com esta mulher, no compromisso com o trabalho com essa mulher, no compromisso do fortalecimento da rede, no compromisso de onde estávamos encaminhando.

Fui profundamente contemplada com a fala das outras que me antecederam sobre a preocupação de a gente ter OSs. Quantas vezes a gente precisava encaminhar uma mulher para um serviço de abrigo que era uma OS e ficava questionando se ela realmente estava

envolvida em situação de violência. Uma OS chegou a me solicitar que pedisse autorização ao pai para as crianças poderem ser abrigadas. A mulher estava em situação praticamente de feminicídio e precisava pedir autorização ao companheiro para que as crianças pudessem ser abrigadas.

Isso demonstra a desvirtualização das OSs que seguem os interesses particulares da sua origem e não há interesse público de defesa, nesse nosso caso, das mulheres e da vida das mulheres.

A Lili falou muito bem do atendimento e do compromisso que tem a Casa Eliane e todos os centros de referência. Lembro-me muito bem lá na Casa Eliane desde a construção do espaço físico que havia grafitagens como, por exemplo, formiguinha subindo e descendo paredes que significavam que estávamos fazendo um trabalho de formiguinha em terra de tamanduá, mas éramos formiguinhas potentes e somos capazes de desconstruir patriarcado, de construir vida para as mulheres e de impedir que elas fossem mortas.

Então, neste momento histórico, não podemos permitir que um tamanduá absolutamente descomprometido desta Prefeitura possa engolir o trabalho de décadas, de anos, porque para acontecer a Casa Eliane, na década de 90, foram mais de 100 anos de luta do movimento feminista. Então, quando se propõe uma terceirização da Casa Eliane, é como se estivessem negando essa história, essa conquista e a vida das mulheres deixando de serem respeitadas.

Concordo absolutamente que terceirização é um problema em si em qualquer política pública, mas especialmente para política para as mulheres. Tenho a dizer que a Casa Eliane de Grammont por ter sido construída dessa forma e fruto de toda essa consciência histórica de luta, ela foi referência para o Brasil e para o mundo.

Quando eu estava lá, recebemos profissionais da Europa, de Angola, de Portugal, da África, da Inglaterra para estudar o que fazíamos lá. Éramos referência para o mundo e para a América Latina. Argentina, Uruguai fizeram estágio na Casa Eliane para entender como é que conseguíamos fazer com qualidade aquele serviço.

Dessa forma, reitero o que as minhas colegas já falaram anteriormente, como a Lili, a Kelly, a Soninha da Marcha que foi uma das propulsoras também da construção da Casa Eliane de Grammont. Precisamos de políticas públicas, de serviços públicos e não terceirização dos serviços públicos, de concurso público e de garantia do orçamento na política de atenção às mulheres desses municípios, não atraso desse orçamento e controle social.

O movimento feminista precisa continuar e todas as instituições públicas de interesse no desenvolvimento da vida das mulheres, na preservação da vida das mulheres precisam continuar fazendo controle social.

Quero só fazer mais um adendo. A diferença que foi, por exemplo, a Defensoria Pública estar presente na Casa Eliane de Grammont. Na criação da Casa Eliana, precisávamos indicar para as mulheres para elas irem em serviços terceirizados que não seguiam os mesmos interesses públicos e políticos relacionados ao direito das mulheres. Quando a Defensoria Pública entra na Casa Eliane e faz presença com atendimento da Casa Eliane junto com as assistentes sociais e psicólogas, fez total diferença.

Então, quanto mais a gente torna o serviço público composto com organizações públicas de referência, mais qualidade temos para preservar a vida das mulheres e para que as mulheres tenham autonomia e possam viver a sua vida como sujeito de direitos que são.

Quero também lembrar, como foi dito por outra companheira, que precisamos ficar atentas ao desvirtuamento de serviços públicos que são colocados na origem e que, depois, são transformados para outros fins, como, por exemplo, a Casa de Passagem que foi construída ao lado da Casa Eliane de Grammont - eu já não estava mais lá, já sou aposentada da Casa Eliane, quando ela ficou pronta, não estava mais lá, mas ela está sendo completamente desvirtuada no seu uso e a sua utilização.

Além de não permite a terceirização, temos de ficar atenta aos serviços que são propostos para a vida das mulheres.

Muito obrigada por permitir a nossa participação e por ter essa iniciativa, pois precisamos resistir muito para que não aconteça essa terceirização.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Maria Elisa, obrigada pela presença, pela fala. Vou abrir a palavra à Vereadora Juliana Cardoso, que retornou a nossa audiência pública, mas antes gostaria de agradecer-lá pelo compromisso com a nossa pauta feminista. Meus sentimentos, a Juliana está passando por um momento muito difícil, mas mesmo assim veio acompanhar a audiência conosco.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Obrigada. Bom dia, desculpe por não conseguir acompanhar, enfim, perdemos um tio por parte de pai, em Campinas, e vim me despedir dessa minha parte da família, que são índios, e meu tio veio a falecer, já estava doentinho.

Quero parabenizar a audiência, o Presidente, Vereador Jair Tatto, a Vereadora Elaine do Quilombo Periférico, que puderam colocar essa audiência pública para que pudesse acontecer, porque tentei fazer pela Comissão de Saúde também, para participar com vocês, as duas Comissões, Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher. Mas infelizmente, ali tem uma blindagem impressionante do Governo, que não deixa os requerimentos passarem, até para podermos saber exatamente qual foi essa intervenção de colocar no plano de metas, sendo que a luta das mulheres sempre foi para ter serviços que são públicos, desde quando se pensava em concurso público, sempre direcionou um trabalho desses serviços públicos para o atendimento das mulheres.

E qual o motivo que se tem para colocar isso para terceirização. Dizer que é um serviço que não tem RH, sendo que há concursos públicos abertos e precisam ser imediatamente chamados. E os profissionais que já estão ali, que já tem expertise, já tem o trabalho, a dedicação para trabalhar nesses serviços vinculados à violência contra as mulheres. Qual o motivo?

Conversando com o Presidente, Vereador Jair Tatto, falamos assim, se colocarmos os valores que foram pensados e já existem esses casos, e se enxergarmos, que era hoje o nosso objetivo aqui, de saber da Prefeitura como vai ser feito isso, qual o valor que está sendo

destinado para isso, podemos ter uma conta de, às vezes, duas ou três vezes mais. Não estou falando da relação somente do custo, mas também estou falando em relação à forma de atendimento que será pensado pela terceirizada.

Então, como estou no celular, vou só fechar um pouquinho a telinha porque fiz umas perguntas, redigi aqui as perguntas para a Prefeitura que não chegou. E foram, inclusive, colocadas, já de ofício, para cada uma das secretarias. Mas quero deixar registrado aqui, Vereadoras e Vereadores, público que nos assiste pela TV Câmara, os nossos convidados que estão nessa Mesa, que são as seguintes perguntas para a gestão.

Primeiro, a terceirização da Casa Eliane de Grammont, assim como os outros equipamentos da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, bem como as transferências dos CDCMs para a Secretaria de Assistência Social e para a Secretaria de Direitos Humanos é justificada no plano de metas uma projeção do aumento de atendimento. Se no plano de metas não se fala em criar mais equipamentos, como esse aumento ocorrerá, qual a qualidade dos atendimentos que irá mudar?

Segunda pergunta, qual é a situação do Recursos Humanos da Casa Eliane de Grammont, porque no sistema enxergamos um, mas efetivamente não é o que está no sistema. Qual é a situação do RH dos outros centros.

Terceira pergunta, porque não foi realizado concurso para substituir as funcionárias aposentadas. Aliás, concursos abertos existem para vários setores e poderíamos muito bem puxar entre esses concursos públicos para substituir essas aposentadas, ou especificamente abrir esses concursos para substituição.

Quarta, qual é o custo atual das operações de manutenção dos serviços de gestão que pretende terceirizar a Casa. E qual o custo esperado com a terceirização. Isso não tem em nenhum lugar, Vereador Jair Tatto, Vereadora Elaine do Quilombo Periférico, que faz parte, é membro dessa Comissão. Isso precisamos enxergar, qual é o custo disso.

Quinta, sobre a transferência dos CDCMs para SMADS e para a Secretaria de Direitos Humanos. Os CDCMs têm garantido o recurso do Fundo Municipal de Assistência

Social e no ano passado, 2020, foram investidos 7 milhões e 264 mil reais nos serviços. Porém, a Secretaria aparentemente não aparece, como foi para custear esses serviços. Está um valor indefinido, o valor colocado ali, mas não conseguimos ter clareza de qual foi a forma de custear esses serviços.

Então, precisamos também dessas informações, que não foram, mesmo que o ofício já foi enviado do próprio mandato, mas ainda não tivemos retorno.

A última pergunta: A gestão pretende fechar os serviços já existentes? Porque se a gente terceiriza esses serviços, sem mostrar a metodologia, se vai dar continuidade naquele serviço público,

Toda vez que há mudança de serviço de terceirizada, quando entra nas unidades da rede direta, muda, como a gente vê nas unidades de saúde: que a unidade tem todo um trabalho com os funcionários públicos de organizar a saúde pública e, quando chega a terceirizada, ela detona aqueles funcionários e muda completamente o modelo da gestão, e ainda chuta os funcionários para outros lugares, para não haver interferência.

São essas as perguntas aos representantes da Secretaria, que infelizmente não compareceram para nos esclarecer. Isso é grave. A gente tem que pensar em alguma metodologia para poder direcionar esses representantes a responderem as nossas perguntas.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Tem a palavra a Sra. Rebeca Meier.

A SRA. REBECA MEIER – É um prazer estar nesta audiência. Eu acho que a primeira questão a pontuar é que esta administração começou durante a Gestão Doria até passar para o Prefeito Ricardo Nunes. Isso faz parte de uma agenda de necropolítica de Bolsonaro, porque faz parte de um plano governamental.

A gente está debatendo um direito à vida da mulher, em meio ao mês de luta pela saúde mental. Eliane de Grammont tem um belo papel nessa luta, porque garante com que as mulheres sejam bem atendidas e o acolhimento apropriado e profissional prestado nesse CRM

faz toda a diferença na vida pós-violência, e não tem como a gente garantir a saúde mental sem acesso a essas políticas públicas efetivas e de qualidade.

O Sr. Prefeito que, por não estar aqui, já mostra um descaso com a pauta; e deveria estar se ocupando com o plano de ampliação desse serviço e da qualidade da Casa Eliane de Grammont, não o contrário.

Agora a gente vê o Doria tentando se desligar, mas essa agenda de desmonte faz parte da política deles. E o Coletivo Juntas, do qual faço parte, está ao lado da Casa, e a gente vai lutar para que esse serviço seja melhorado, e não privatizado, porque a privatização pode significar que muitas mulheres deixem de ter acesso ao serviço.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Sra. Rebeca.

Tem a palavra a Sra. Marina Ruzzi.

A SRA. MARINA RUZZI – Bom dia. Quero agradecer esse espaço. Estou representando a rede feminina de juristas. Depois de ouvir todas as falas superpotentes dos movimentos, das trabalhadoras, das Vereadoras e dos Vereadores, eu gostaria de trazer algumas considerações e quero fazer duas críticas a todo esse processo, que está em desacordo com princípios básicos da governança e, principalmente, com a lei municipal que regulamenta, em termos de parcerias e de convênios.

Quero destacar que não houve essa transparência, como disse a Sra. Adriana, que também relatou que isso ocorreu com as Conselheiras de políticas públicas para as mulheres no Município, o que é muito grave por parte da gestão atual; o que também pode se verificar com a ausência de seus representantes.

Essa falta de transparência também acaba gerando as discussões para a gente poder mensurar qualitativamente, ou quantitativamente, o efetivo interesse público envolvido nessa demanda.

Com qual impacto social a gente está lidando aqui? Já que não houve um estudo técnico ou, pelo menos, não foi compartilhado. A gente recebeu documentos desta Câmara,

das duas CPIs que foram realizadas nos últimos anos, mas não houve – ao que tudo indica – um estudo técnico deste projeto. Então, não dá para entender se, por exemplo, o orçamento previsto no Edital é suficiente. A princípio eu diria que não, até porque há um outro ponto também que eu gostaria de destacar: há falhas na prestação do serviço, no próprio desenho dessa parceria que está sendo propostas, que são graves e que vão repercutir necessariamente na continuidade do serviço e na sua qualidade.

Então, em primeiro lugar, não há previsão, por exemplo, de contratação de advogado. Os CRMs oferecem serviço de atendimento jurídico. A Maria comentou como funciona, inclusive, em termos de parceria com a Defensoria Pública. Isso vai se manter ou vamos ter... aliás, dentro dessa perspectiva, a contratação de uma advogada. Como que seria feito isso? Além do que se prevê a contratação de apenas duas psicólogas para atendimento dessa rede. Imagina, é um atendimento mínimo mensal de 300 mulheres para duas psicólogas. É completamente... Para não falar da precarização absoluta do trabalho, que nós estamos falando de trabalhadoras que provavelmente adoeceriam e teriam uma alta rotativa. E que impacto isso teria, problema, no tratamento psicológico, no acompanhamento psicossocial dessas ofendidas. Isso porque são equipamentos públicos que, apesar do sucateamento, dos cortes, da redução do pessoal, ainda segue sendo de altíssima qualidade. Então realmente preocupa a viabilidade social e econômica desse projeto.

E, como foi dito: não houve sequer a habilitação de uma OS que conseguisse atender um requisito mínimo de qualidade e de experiência na área, o que já indica que talvez realmente o mais indicado seria que nós investíssemos em concurso público para garantir que nós consigamos manter esse serviço por mais do que os 24 meses que estão previstos no chamamento.

Então realmente agora exige coragem. E realmente saúdo todas as presentes. Isso já mostra como a nossa rede é potente, forte.

Agradeço o tempo de fala. Fico à disposição. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Eu gostaria de

perguntar se há algum outro parlamentar que não falou, se o nosso Presidente Jair Tatto gostaria de fazer uma última fala.

O SR. JAIR TATTO – Presidenta, eu pediria licença. Eu creio que V.Exa. fará os encaminhamentos finais. Eu vou para a reunião da bancada, e o tema lá é questão do orçamento. E acredito que os encaminhamentos, se você entender que deva fazer esse requerimento já para amanhã, a tempo de protocolar ainda hoje.

Uma nota de repúdio, digamos, pela ausência da Secretaria de Direitos Humanos. E também pedir que eles exemplifiquem como vão funcionar os valores, o tamanho da conta dessa terceirização, não sei, que possa coincidir que V.Exa. faça esse encaminhamento.

Nós temos a companheira Juliana Cardoso.

Juliana, fique por aí, e eu justifico lá na bancada. Tá bom, querida?

E agradecer a oportunidade. Sempre à disposição de vocês. Um belo debate.

Parabéns, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Muito obrigada, Presidente. E, inclusive, agradecê-lo, como fez a Juliana, que o Presidente Jair Tatto é sempre muito solícito com as nossas questões nesta comissão. Tem sido bom para nós, pois estamos precisando de apoio e da força dos companheiros nessa luta.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Nas duas comissões que estamos não dá muito certo, não é, Elaine?

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – É. Exatamente.

O SR. JAIR TATTO – Há tempo para o requerimento, Presidenta?

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Sim. Sim.

O SR. JAIR TATTO – Hoje ainda, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Sim, vamos enviar.

O SR. JAIR TATTO – Então eu agradeço especialmente a todas vocês por essa oportunidade. Muito obrigado pela oportunidade.

Juliana me representa.

Até mais!

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Eu não sei se a Juliana gostaria de fazer uma última fala.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Não, eu acho que em termos de encaminhamento, o que eu tinha pensado era fazermos essa solicitação dessas informações. Eu fiz pelo mandato, mas, se puder fazer também pela comissão, Vereador e Presidente, Jair e Elaine, porque por Finanças nós fazemos esse levantamento. O que vai custar isso, não é? Como vai custar isso? Essa é a principal pergunta.

Eu agradeço a oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Vereadora Juliana.

Certamente, enviaremos um requerimento de informação com essas perguntas importantes que a Juliana fez, com as primeiras que tínhamos feito no começo da audiência, e também com alguns questionamentos que foram feitos pelas pessoas participantes, pelas mulheres que participaram conosco nesta audiência pública. E, inclusive, convido todas as parlamentares da Casa que queiram assinar, subscrever conosco esse requerimento. Faremos isso de forma coletiva também, que sempre isso é bom.

Quero adiantar que, para nós, da Comissão de Finanças, é fundamental fazer esse estudo. E vamos nos dedicar como mandato, como comissão, a fazer esse estudo de viabilidade desse orçamento. E não somente disso, mas também do orçamento geral envolvido em questões relativas ao atendimento da mulher na cidade – porque isso é um dado fundamental para pensarmos. Passamos por um período de pandemia que acentuou as violências sofridas por crianças, mulheres. Já falamos também do caráter racial e de território que estão associados a essas violências. Então para nós é fundamental que consigamos ter todos esses dados à disposição. E o requerimento de informação nós conseguimos enviar, sim, através da comissão, junto com o Presidente Jair Tatto.

Bom, eu quero finalizar agradecendo a participação de todas as mulheres, de todos

os companheiros que estiveram presentes hoje e os parlamentares que também passaram por esta audiência pública.

É sempre fundamental conseguir discutir com a sociedade civil esses temas que são fundamentais para a prática no nosso trabalho legislativo. E dizer mais uma vez que nós estamos à disposição, como sempre, na luta feminista, na luta ao lado das mulheres, como sempre estivemos.

E vou encerrar os trabalhos desta comissão dizendo que nós não encerramos o trabalho feito pelas parlamentares dentro desta Casa em relação à terceirização das casas de atendimento a mulheres.

Muito obrigada a todos e a todas. Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta audiência pública.

Boa tarde a todos. Bom trabalho para nós.
